

Senado Eris nega relação que Zélia prometera

07 JUN 1990

BRASÍLIA — O conflito entre o Senado e a equipe econômica do Governo, por causa do pedido de informações sobre saques em contas bancárias nos 15 dias anteriores ao Plano Collor, voltou a se acirrar ontem. Contrariando o que prometera a Ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, o Presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, afirmou na Comissão de Assuntos Econômicos que não vai fornecer a relação, com base na lei do sigilo bancário.

Diante dos protestos do Senador Jamil Haddad (PSB-RJ), autor do requerimento de informações, Eris alegou que o Departamento Jurídico deu parecer contra as informações, com base na Lei 4.595. Os senadores querem comprovar as denúncias de que antes e durante o feriado bancário foram feitos saques por pessoas que conheciam o Plano Collor.

Segundo assessores do Banco Central, o pedido não pode ser feito pela Mesa, mas pelo plenário do Senado ou da Câmara ou Comissão de Inquérito. O Senado também pode buscar respaldo no Supremo Tribunal Federal. O pedido da Mesa do Senado teve como base o parágrafo 2º do Artigo 50 da Constituição. O Departamento Jurídico do BC, no entanto, argumenta que a Lei 4.595 regula o sigilo bancário. O disposto

na Constituição não teria nada a ver com informações prestadas sob quebra do sigilo bancário.

Os protestos de Jamil Haddad geraram um momento de tensão durante exposição de Eris sobre o plano aos membros da Comissão de Assuntos Econômicos. O Senador acusou o Governo de ocultar dados comprometedores sobre saques de pessoas que teriam conhecimento do congelamento. Na segunda-feira, a Ministra da Economia prometera entregar em cinco dias os números pedidos. Ibrahim Eris disse que o BC está fazendo o levantamento das movimentações a partir de NCZ\$ 500 mil, caso seja obrigado pela Justiça a entregá-las ao Congresso.

●SANTANA — Convocado ontem para prestar esclarecimentos, hoje, sobre os critérios do Governo para demitir 360 mil servidores, o Secretário da Administração, João Santana, mandou ofício à Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, da Câmara Federal, informando que não comparecerá. Pediu que a convocação fosse transferida para depois do dia 20. A Comissão, que já recebeu três negativas de Santana a convites informais, decidiu que o não comparecimento poderá implicar crime de responsabilidade.